

O PROFESSOR CONSTRUTOR DA DEMOCRACIA

PROFESSOR E DEMOCRACIA

AUTOR: Alfredo Vieira¹

DIREÇÃO PARA CORRESPONDENCIA: vieiracssr@gmail.com

Data da recepção: 02/02/2018

Data da aceitação: 02/04/2018

RESUMO:

Este trabalho tem como título "O professor, construtor da democracia". Nele quis-se tocar no problema: o professor que é "educador da sociedade" assume diante da perspectiva actual também o papel de construtor do país que se quer democrático. Esta opção angolana de 1992, lançou as bases da construção de uma sociedade moderna, pois os Estados modernos normalmente se querem identificar com tal regime. Apontaram-se alguns traços do que se pensa caracterizarem um profissional da educação hoje e abordou-se, com realismo, a questão democracia. Fez-se uma alusão à perspectiva prescritiva (*demos+kratos*), com indicações que podem parecer "abstractas", e demorou-se a analisar a perspectiva descritiva. Aprofundaram-se alguns indicativos da democracia que os especialistas dizem mostrar o seu "real". Falou-se da educação e lembrou-se que é a base para se construir qualquer democracia, uma vez que não se pode fazer democracia com analfabetos. Mostrou-se que é o motor para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Lembrou-se que a democracia gera desenvolvimento, apesar de esta não ser uma equação totalmente perfeita, pois existem algumas excepções. Hoje vive-se na era dos direitos. Mostrou-se, também, como os direitos humanos são um bom indicativo para a democracia. A base da democracia é a criação de um ambiente de valorização concreta do homem. Nesta base se mostrou que a corrupção, mentira, falcaturas, enganar, falta de ética..., não podem fazer parte da democracia. A *res publica* (coisa pública) deve ser gerida na transparência. Enfim, mostrou-se que a liberdade que é o grande substracto da democracia é a essência da democracia hoje.

PALAVRAS-CHAVE: professor; sociedade; valores; democracia; construção.

THE TEACHER, DEMOCRACY BUILDER

¹Doutorem Sociologia Política, Docente na Categoria de Assistente do Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo, Angola.

ABSTRACT:

This work is entitled "The teacher, democracy builder". I wanted to touch the problem: the teacher who is "educator of society" takes on the current outlook also the role of country's builder, a country that hopes to be considered as democratic. This Angolan option beginning in 1992 laid the foundation for building a modern society, because modern states usually wanted to identify with such a regime. We point out some traits thought to characterize a professional education today and approached with realism. There was an allusion to the prescriptive approach (*demos+kratos*), with indications that may seem "abstract" and we took time to analyze the descriptive perspective. We deepen some indications of democracy that experts believe to show its "reality". We talk about education and remember that is the basis for building any democracy, since you can not make democracy with illiterate people. We said that is the engine for the development of any society. We remember that democracy generates development. Although this is not a completely perfect equation, there are some exceptions. Today we live in the era of rights. We also show how human rights are a good indication for democracy. The basis of democracy is the creation of a concrete man recovery environment. On this basis, we show that corruption, lies, deceptions, misunderstandings, lack of ethics... can not be part of democracy. The *res publica* should be managed in transparency. Finally, we show that freedom, which is the major substrate of democracy is the essence of democracy today.

KEYWORDS: teacher; society; values; democracy;building.

INTRODUÇÃO:

Tendo em conta o contexto actual de Angola e a exigência no cimentar cada vez mais, de facto, o sistema político democrático, afronta-se o assunto da conscientização e responsabilidade do professor para isso. Quer-se mostrar que tudo o que se possa sonhar com relação a essa realidade passa, em grande medida, pelas suas mãos. Hoje, quando se badala já muito a questão da preparação do país para as autarquias (porque o país vai fazendo, com uma certa intermitência, a sua caminhada democrática...), como não preocupar-se com o conhecer bem um sistema democrático? E, como cimentar a democracia se os professores (educadores da sociedade!) não trabalham para a sua efectivação? Quer-se trazer aqui algumas reflexões sobre o que é tal realidade e como se pode efectivar concretamente.

Trata-se da democracia fugindo um pouco dos aspectos "abstractos" para se fixar em aspectos "concretos", que podem levar à criação de uma real democracia, que é compromisso com o homem na sua realização concreta. Escolheu-se como centro deste trabalho o professor, educador da sociedade, pois este deve ter

muita preocupação na sua agenda de profissional para passar os conhecimentos e valores democráticos para que o sistema político adoptado em Angola em 1992 vingue.

Hoje a abordagem democrática é vista nas perspectivas prescritiva e descritiva. Neste estudo aponta-se a perspectiva descritiva porque se pensa que tratando de educação, desenvolvimento, direitos humanos, transparência, liberdade..., se estará no caminho certo daquilo que é verdadeiramente Democracia.

DESENVOLVIMENTO

TRAÇOS DE UM PROFESSOR

Partindo do Dicionário especializado de Sociologia, pode-se também dizer que o professor é alguém não estranho à sociedade, que desenvolve uma acção educativa no confronto com outras pessoas. É aquele no qual é institucionalmente delegada a transmissão de um conjunto de conhecimentos e de valores. Grande parte da educação de qualquer país se desenvolve na Escola e o seu exercício requer títulos específicos, requisitos e habilidades. Hoje já existe uma certa massificação da educação, ou seja, existem muitas escolas, com muitos alunos e também muitos professores. Uma grande parte dos professores é jovem e dos dois sexos... Além de tudo isto, também, existem desafios próprios do contexto, mas que no neste mundo globalizado quase se universaliza. Assim De Marchi alerta que o "mito do ensinamento como missão" pode estar em risco pelas circunstâncias próprias dos vários contextos. Eis alguns questionamentos: como pode acontecer tal missão se existem professores que só o são por oportunismo, ou melhor, porque não conseguem outra ocupação? Pois é consabido que há professores que exercem tal papel simplesmente por conveniência. E, em todo mundo, tal número é bastante considerado... Acrescenta-se a isso ainda (e nos dias actuais isto é muito forte!) os professores frustrados ou insatisfeitos com os seus meios de trabalho e seus salários. A grande questão é esta: o que se esperar desta categoria de professores (profissionais ou não profissionais)? (Cfr. DE MARCHI, 1994, pp. 1049-1051, 1053). As muitas escusas não convencem, naturalmente, e o mundo hoje é tão aberto que muitas justificações (descabidas) só aumentam o problema. E a verdadeira questão de fundo é: como saem os alunos dessas mãos, como ficam moldados?

A realidade educação é, de facto, muito complexa! Hoje, ainda ligado a tudo isso, também cresce cada vez mais uma corrente que lembra que a formação escolar (e universitária) não pode colocar de lado o pendor empreendedor. O profissional da educação hoje não deve ser alheio ao empreendedorismo (e qual é, na actualidade, o maior desafio para Angola senão este?). Fala-se mesmo que a lógica empreendedora exige uma mão diferente do profissional puramente da educação. Esta verdade ainda leva De Marchi a dizer que o professor deve estar formado de tal maneira que além do conhecimento da disciplina (curso) e habilidades didáctico-pedagógicas, deve ter uma disponibilidade e capacidade

para a mudança, abertura ao novo e capacidade de reciclar-se. Deve-se ter em vista que a vida e a escola são dinâmicas... (Cfr. *Ibidem*, p. 1054). Boaventura vai acrescentar que o professor trabalha num meio concreto e para a sua missão ser eficaz é necessário que também conheça bem tal realidade... (Cfr. BOAVENTURA, 2013, pp. 19-25). É clara a questão: se não se tivessem esses dados como poderia aparecer a dimensão transformadora da educação, levada a cabo pelo professor? Se se educa, essa mesma educação está em função da transformação das pessoas. Não é sem razão que Libâneo lembra que todo trabalho do docente (professor) deve ter sempre o condão da transformação; é uma prática transformadora (Cfr. LIBÂNEO, 2014, p. 135). Mas o mesmo Libâneo tendo em vista também o valor dos conceitos e conhecimentos que deve ser central na vida do professor para instruir o estudante, também lembra (por isso mesmo) a centralidade do valor da "pedagogia crítico social dos conteúdos"², que o conhecimento científico é muitíssimo importante para fazer evoluir qualquer sociedade. Dirá taxativamente:

"essa compreensão do trabalho docente requer um professor capaz de encarar sua tarefa como parte da prática social global, para o que precisa adquirir um conhecimento teórico que lhe permita pensar e agir sobre o real histórico e, também, dominar os meios operacionais: o saber e o saber fazer didáticos".

E mais: "Esta corrente [...] defende o ponto de vista de que a principal contribuição da escola para a democratização da sociedade está na difusão da escolarização para todos [...]" (LIBÂNEO, 2014, pp. 137 e 136).

Um dos aspectos importantíssimos para tal empresa seria ter presente, de maneira concreta, como ponto de partida: um curriculum bem preciso que, como lembra Zabala, "[...] é o conjunto dos pressupostos de partida, das metas que se desejam alcançar e dos passos que se dão para os alcançar; é o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, etc., que são considerados importantes para serem trabalhados na escola ano após ano" (Citado por BOAVENTURA, 2013, p. 16).

Enfim, é nesta perspectiva que o educador da sociedade e, por consequência, transformador da sociedade, tendo em vista o desafio da construção da Angola democrática, terá de preocupar-se com o que está estampado na primeira Constituição da República de Angola: "A República de Angola é um Estado democrático de direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa" (& 1º do Artº 2º da CRA). Pensa-

²Existe um estudo bem simples que se pode aconselhar aos estudantes principiantes: Paulo Meksenas (2015), *Sociologia da Educação: Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social*, 17ª ed., São Paulo, Loyola, pp. 87-95.

seque o Professor não tem como não colocar a mão na massa, arregaçar as mangas e pensar seriamente no assunto “democracia”. E, todos sabem hoje que a democracia é a grande conquista da humanidade. Não é por acaso que até foi instituído o dia internacional da democracia³. Cada vez mais o mundo se convence da verdade das palavras de W. Churchill: a democracia é o melhor sistema entre os existentes! (Cfr. JAY, 1999, p. 93).

AFINAL O QUE É DEMOCRACIA?

Este é um tema actual e vastíssimo! Mas aqui (hoje) quer-se, apenas, dar algumas rápidas pinceladas para a sua compreensão. Começa-se por lembrar que hoje os estudiosos de democracia, encaram o tema em duas perspectivas: prescritiva e descritiva. Com a advertência de Sartori lembra-se que o problema de definir a democracia se duplica, pois de um lado a democracia requer uma *definição prescritiva* (partindo já daquilo que o termo em si indica ou significa – *demos+kratos*) mas por outro não se pode ignorar a *definição descritiva* (aquilo que se vive na realidade concreta de uma sociedade). Portanto, sem verificação a prescrição é “irreal”, mas sem ideal uma democracia “não é” (Cfr. SARTORI, 2000, pp. 11-12). Naturalmente que para tal distinção também deve ter ocorrido a ‘banalização’/‘descaracterização’ (esvaziar todo o sentido) do termo democracia. E, só para se perceber isto pense-se nestes dois politólogos: Held lembra que hoje quase todos se declaram democráticos, independentemente das suas opiniões políticas. Regimes políticos de todo género se descrevem como democracias. Entretanto, aquilo que cada um desses regimes diz e faz é radicalmente diverso (2007, p. 15). Kelsen também diz: democracia é a palavra de ordem que, nos séculos XIX e XX, domina quase universalmente os espíritos mas, justamente por isso mesmo, ela perde, como cada palavra de ordem, o sentido que lhe seria devido (próprio). Para acompanhar a moda política pensa-se que se deveria usar a noção de democracia –que é abusado mais do que qualquer outro conceito político– para todos os escopos possíveis em todas as possíveis ocasiões, tanto que ela assume os significados mais diversos, muitas vezes entre eles mesmo contrastantes... (2010, pp. 43-44).

Assim, no aspecto prescritivo o termo parece claro que é mais ou menos (só) livresco e teórico, não toca muito a vida real do povo. Parece mesmo ser equívoco e dar azo a sofismas. Assim, até mesmo, o famoso dito de Abraham Lincoln “governo do povo, pelo povo e para o povo” (Cfr. JAY, 1999, p. 226), pode não significar nada, ou quase nada. É mais um chavão usado por muitos políticos, sobretudo os que andam à caça de votos... Pode não significar nada na vida do povo, em termos positivos ou de mudança da vida para melhor. Por isso, o grande politólogo Lo Presti diz ser uma “fórmula abstracta e metafísica” (2010,

³ONU declara dia 15 de Setembro Dia Internacional da Democracia:
<https://www.unric.org/pt/actualidade/13493> <acessado aos 08 de Setembro de 2018>.

p. 117). É, preciso, então, ir para a democracia no aspecto descritivo, para aqueles “valores” que efectivamente constroem o que se pode chamar, com propriedade, Democracia. E tais valores têm implicações fortes na vida e missão de um professor!

EDUCAÇÃO

Este é um elemento central na questão em abordagem. Não só porque é constitutivo essencial para a democracia, mas também porque a referência é a actividade/missão do professor. Pois, como é óbvio, nunca se poderá fazer democracia com analfabetismo. Perrenoud diz que “A escola desempenhou um papel essencial na criação dos modernos Estados democráticos. No mundo pode-se observar uma forte correlação entre o nível global de instrução e a forma mais ou menos democrática do sistema político. Muito simplesmente porque a democracia supõe uma capacidade para compreender os desafios e para ter uma forma de pensar autónoma, coisas que não acontecem sem um mínimo de escolarização” (PERRENOUD, 2002, p. 149). O analfabeto ‘não raciocina’ e, conseqüentemente, não dialoga. Tati corrobora com essa opinião porque a pessoa ignorante não é livre e pode ser facilmente explorada e oprimida sem ter consciência disso (Cfr. 1998, p. 241).

Vê-se, então, claramente, a necessidade do factor educação que é a verdadeira “alavanca das mudanças sociais” (FREIRE, 2006, p. 28). A educação é, pois, sinal de desenvolvimento. Ou melhor, o desenvolvimento só se torna possível com a educação. O grande especialista em educação, na actualidade, confirma mesmo isto: a educação é sinónimo de desenvolvimento (Cfr. NANNI, 2008, p. 369-370). Amadeu Ngula referindo-se a ligação educação/desenvolvimento lembra: “[...] a UNESCO continua propondo a educação como meio precioso, indispensável e fundamental para o alcance não só dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social, mas também do desenvolvimento pessoal e social. Esta Organização, considera a educação como sendo «o meio principal para promover uma forma mais profunda e mais harmoniosa do desenvolvimento humano e, portanto, para reduzir a pobreza, a exclusão social, a ignorância, a opressão e a guerra»” (2003, p. 13).

Falando-se de educação está-se também a falar de ciência. E está-se em academia! Ciência é o que se quer, ciência é o que se busca. Aqui poder-se-iam, legitimamente, levantar variadíssimas questões, já que a missão dos professores deve estar assente na ciência, que abre a mente para se perceber a democracia. Propositadamente, abrindo um parêntesis, se poderiam fazer algumas considerações sobre a ciência, pois existe uma relação muito íntima entre ciência e desenvolvimento e não se pode imaginar as duas realidades uma longe da outra. Poder-se-ia, ainda, levantar a questão que a ‘problemática’ às vezes levanta e que se pensa ser uma certa falta de justiça. As coisas hoje fazem

pensar numa certa “ditadura” da ciência moderna, enquanto “oprime” os outros tipos de conhecimento, que justamente poderiam, a seu modo, dar mais um contributo no desenvolvimento das sociedades. A ciência colocou de lado e classificou todos os processos existentes na natureza e as técnicas tradicionais como inferiores ou de valor marginal... (Cfr. SACHS, 2000, p. 286-287, 293 e 297). E, continuando a indicar o tal equívoco, ainda não muito desfeito mesmo actualmente, denuncia: não se é mais livre em escolher o saber científico como um entre tantos sistemas de conhecimento. Quem se nega em aceitar a visão do modelo científico arrisca-se a ser etiquetado não só como ignorante, mas como obscurantista, um desviante, um irracional. É claro que tudo isto está nos antípodas do funcionamento democrático, onde os direitos são únicos e universais. E acrescentando o que a ciência hoje não aceita mais, diz: a não negociabilidade da ciência moderna, a tão propalada objectividade do saber científico, a presunta neutralidade da sua informação, tudo isto parece qualquer coisa de positivo aos homens mais inteligentes e instruídos de várias partes do mundo... (Cfr. *Ibidem*, pp. 298-300). Tal visão, entretanto, hoje muda. Hoje a própria ciência, que também ensina a *verdade* como critério para se ser científico, esclarece o que também Santos lembra: “A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e não há sequer qualquer razão científica para a considerar melhor que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião, da arte ou da poesia” (2003, p. 52).

Enfim, falando de DESENVOLVIMENTO (como o ponto a que leva a educação) também se poderia ligar essa realidade à democracia, e aqui é pertinente que se faça isso, tendo em vista este estudo, que quer salientar a missão do professor. Com poucas excepções, pode-se afirmar que os países desenvolvidos são democráticos (e o que os levou para lá é a educação). Portanto, a educação gera a democracia! (Cfr. LO GRANDE&MION, 2016, p. 6). O também autor de *O choque das civilizações*, lembrou:

“[...] como todos sabem existe uma forte correlação entre níveis de democracia e níveis de desenvolvimento económico. Se pusermos de lado os países produtores de petróleo, como um caso à parte, todos os países mais ricos do mundo, com excepção de Singapura, são democráticos; por outro lado, quase todos os países mais pobres do mundo são não democráticos, com a admirável excepção da Índia e talvez de mais um ou dois Estados”.

E aponta algumas vantagens desse desenvolvimento:

“o desenvolvimento económico induz níveis mais elevados de urbanização, de alfabetização, de educação, bem como uma mudança estrutural do mundo profissional, [...]. À medida que o seu nível de educação aumenta, vão adquirindo capacidade para organizarem

sindicatos, partidos políticos e associações cívicas orientados para a promoção dos seus interesses [...]” (HUNTINGTON, 2000, pp. 20 e 21).

Ou, também como disse Fukuyama,

“[...] a democracia é tanto objecto de desenvolvimento em si mesmo como meio para o crescimento económico. Existe um sem número de razões para este argumento. [...] Os países autoritários têm, além do mais, problemas de longo prazo com a legitimidade. [...] Os países democráticos são em geral mais capazes de sobreviver a desaires económicos porque a sua legitimidade provém da própria democracia [...]” (2006, pp. 40-41);

Enfim, para lembrar mais uma autoridade, também Bobbio afirmou: o desenvolvimento estritamente conexo à democracia é uma realidade fora de dúvidas (Cfr. 1995, p. 134). Porém, não se deve esquecer, ainda, ou menosprezar, a advertência também real de Sartori que diz ser falsa também a tese da democracia que «causa» crescimento. A China dos nossos dias, continua ele, está crescendo prodigiosamente sem ser de alguma maneira uma democracia. Assim foi também com os precedentes tigres asiáticos. Enquanto na América Latina muitas vezes levou ao decrescimento (Cfr. 2010, p. 86-87). No caso concreto de Angola, acredita-se que pode vir a propósito, a indicação de França Van-Dúnem, ao ensinar que o subdesenvolvimento (portanto, o oposto do desenvolvimento) e a falta de educação ao mesmo tempo que são um impedimento para a democracia em África, “fizeram com que se desse prioridade aos problemas políticos e militares, em detrimento do respeito pela regra democrática e do respeito dos direitos humanos” (VAN-DÚNEM, 2004, p. 105).

DIREITOS HUMANOS, TRANSPARÊNCIA E LIBERDADE

Depois das referências sobre a educação, pilar essencial para a Democracia, e sustentáculo do desenvolvimento, e para esclarecer o que constitui verdadeiramente uma democracia (que deve ser concreta e não abstracta...), quer-se fazer só algumas referências destes (três) elementos que devem também ser centrais na vida do professor, na sua missão de construir uma verdadeira sociedade democrática.

A) Os direitos humanos são uma realidade essencial da democracia real! Também são a grande conquista da humanidade hoje. A realidade “direitos humanos”, normalmente, sobretudo nos novos tempos, ou melhor, a partir de 10 de Dezembro de 1948, aparece associada (muitas vezes) à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Porém não é só assim. Os direitos humanos, de facto, estão (vão) muito além desta grande Declaração, que marcou o mundo no sentido de se dar ao homem mais dignidade. Tem-se, naturalmente, presente os dessa Declaração Universal, mas também implicitamente tem-se presente os muitos

outros que dão (ou darão) mais dignidade humana à pessoa e que vão sendo trazidos à tona, vão sendo 'descobertos'. Mas, então, concretamente, o que são?

Reporta-se aqui uma definição, simples e compreensiva, que pode servir: direitos humanos ou direitos do homem designam aquele conjunto de princípios morais que governam o relacionamento entre o homem e a sociedade (Cfr. HENKIN, 1993, p. 16). É preciso dizer que todas as sociedades devem realizar um esforço no sentido de os irem identificar e proclamar (Cfr. DIGNITATIS HUMANAЕ, 1965, n. 1). Existem posições contrárias quanto a esta questão. Mas a verdade é que eles não dependem sequer dos Governos dos povos. São *pré* e *sobre* Estatais (Cfr. COMPAGNONI, 1995), pois são algo, digamos, co-naturais ao homem. Portanto, a sua aceitação no ordenamento constitucional positivo do Estado não tem efeito constitutivo, mas só carácter declarativo. Os direitos humanos são, portanto, também um exercício da maturidade da sociedade. O Pontificio Consiglio della Giustizia e della Pace (Cfr. 2005, nn. 152, 153 e 154) diz ser um dos mais relevantes esforços para responder de modo eficaz às exigências imprescindíveis da dignidade humana, e que essa busca de reconhecimento dos direitos humanos deve ser vista no aspecto de totalidade e não parcialmente. Portanto, as raízes destes direitos devem ser encontrados na dignidade que pertence a cada ser humano (GAUDIUM ET SPES, 1965, n. 27).

Acredita-se que não existem mais dúvidas sobre a estreita ligação entre democracia e direitos humanos. Jamais se poderá pensar em democracia sem direitos humanos! Como se disse aquando da educação, também aqui, com o grande especialista de políticas internacionais e direitos humanos, pode-se dizer: a democracia faz evoluir os direitos humanos (Cfr. BUONOMO, 1997, pp. 79 e 30). Este é o problema da controvérsia de muitos países que se querem dizer democráticos quando não respeitam os direitos humanos. A comunidade internacional se organizou de tal maneira que neste pormenor criou várias Organizações para a sua 'fiscalização' e protecção. Wolmir ensinou que os Governos democráticos dão mais condições para a justiça social. Isto porque com democracia, as mazelas e contradições sociais são mais expostas e denunciadas, o que leva às providências políticas mais ágeis; há rotatividade nos cargos públicos, o que supõe ter bom desempenho político-administrativo; os recursos orçamentários são proporcionalmente distribuídos conforme a capacidade de articulação social e as criatividades dos sectores que os pleiteiam (educação, saúde, moradia, infra-estrutura); não pela pressão de uma força política que usa a linguagem das armas, mas pelo exercício do poder que não é incomensurável, pois, é limitado pelas leis (Cfr. 2007, p. 23).

B) A transparência é uma realidade tratada no dia-a-dia de qualquer sociedade democrática. É uma outra realidade que exige responsabilidade social. Para um professor é um aspecto importante da sua missão! Normalmente os que querem esconder coisas não são sérios, fazem-no por alguma falcatura. Pois, como

querer gerir algo público escondendo as coisas aos 'donos'? É uma verdadeira falta de educação por parte de quem age deste modo. A educação, portanto, deve colmatar tal déficit. Dito de outra maneira, é (ou deve ser) um pressuposto para quem se coloca a servir a sociedade. Portanto, deve-se ter bem marcado: se a 'coisa' é de todos (*res publica*), então todos podem e devem ter a oportunidade de saber como está sendo gerida (Cfr. HELD, 2007, pp. 131 e 153). A consciência que se deve ter nesta construção do país democrático, e o que é democrático (e só assim o pode ser), é que se vai para a competitividade da alternância conhecendo as coisas como são. Por isso Fukuyama afirmou: "Há outro aspecto em relação ao qual a boa governação e a democracia não podem ser facilmente separados. Uma boa instituição do Estado é aquela que serve, de forma eficiente e transparente, as necessidades dos seus clientes – os cidadãos do Estado" (2004, p. 39). França Van-Dúnem acrescentaria a isto: "O homem político deve em princípio utilizar a verdade como critério de actuação. Prestação de contas e transparência são os garantes de uma boa governação" (VAN-DÚNEM, 2003, p. 109). Bobbio no seu *Il futuro della democrazia* trata da transparência com bastante profusão para capitalizar a atenção de todos no sentido de vê-la mesmo como muito importante. Começa por dizer que se pode definir a democracia de várias maneiras e modos muito diversos. Porém não pode existir nenhuma definição que não meta nos seus conceitos a visibilidade ou transparência do poder (Cfr. BOBBIO, 1995, p. XXI). Portanto, a transparência é o caminho da verdade, que deve existir em todos os homens maduros. Omitir, propositadamente, também é mentir. E é gravíssimo! Também é falta de ética. E qual é o político que pode (ou quer) governar sem ética? Ou, para o caso em estudo, que tipo de professor podemos ter quando não tem ética?

C) A liberdade é caminho para uma verdadeira responsabilização da pessoa. O professor deve ser um dedo a indicar para a responsabilidade! É por isso que se tem a democracia como um sistema para pessoas que sabem o que querem e porque o querem. Faz-se porque tem de se fazer (tem-se consciência) e não simplesmente porque os outros estão a fazer. E deve-se fazer o mais perfeito possível porque tem-se educação. Liberdade é a coisa mais sagrada para o homem e para qualquer sociedade adulta. Kelsen diz ser o constitutivo essencial da democracia, ou melhor, a liberdade é o substrato da democracia (Cfr. KELSEN, 2000, pp. 275-276, 57, 141 e *passim*). Scivoletto dirá que a democracia é a definição do pleno exercício da liberdade da parte de todos (Cfr. DAHL, 1981, p. 16).

CONCLUSÕES:

Pensa-se que foram dadas mais luzes naquilo que é também a missão do professor nessa questão e o seu verdadeiro compromisso com a Democracia, que se quer construir em Angola. Como um grande valor na política hodierna dos países modernos, pode-se constatar que o professor tem uma grande responsabilidade na sua concretização, já que só se torna real quando é assumida

como valor, que justamente passa por uma educação, pois que ninguém nasce democrático. Ao se fazer referência de valores como a educação, desenvolvimento, direitos humanos, transparência e liberdade aponou-se o dedo para a personalidade do professor. Acredita-se, portanto, que este trabalho pode contribuir (um pouco mais) para o crescimento de Angola.

BIBLIOGRAFIA

- AMADO, W. (2007). *Justiça social*. In CEAST, III Semana Social Nacional. Justiça social (pp. 17-36). Luanda: Edição do Centro Cultural Mosaiko.
- BOAVENTURA, J.F. (2013). *Como pensar a formação dos professores em Angola*. Casalsarugo: Projecto Edizioni .
- BOBBIO, N. (1995). *Il futuro della democrazia*. Torino: Einaudi.
- BUONOMO, V. (1997). *I diritti umani nelle relazioni internazionali. La normativa e la prassi delle Nazioni Unite*. Mursia: Pontificia Università Lateranense.
- COMPAGNONI, F. (1995). *I diritti dell'uomo. Genesi, storia e impegno cristiano*, S. Paolo: Cinisello.
- CONCÍLIO VATICANO II (2000). *Constituição Apostólica Gaudium et Spes*. In Compêndio do Vaticano II, Constituições. Decretos. Declarações (29ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- CONCILIO VATICANO II (2000). *Declaração Conciliar Dignitatis Humanae*. In Compêndio do Vaticano II, Constituições. Decretos. Declarações (29ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- DAHL, R. A. (1981). *Poliarchia. Partecipazione e opposizione nei sistemi politici*. Milano: Franco Angeli.
- DE MARCHI, B. (1994). *Insegnante*. In Demarchi, F., Ellena, A. & Cattarinussi, B. (a cura di). Nuovo Dizionario di Sociologia. (3ª ed. pp. 1049-1056). Torino: San Paolo.
- DELORS, J. (1997). *Nell'educazione un tesoro*. Roma: Armando Editore.
- FREIRE, P. (2006). *A importância do acto de ler*. (48ª ed.). São Paulo: Cortez.
- FUKUYAMA, F. (2006). *A construção de Estados. Governança e ordem mundial no século XXI*. lx: Gradiva.
- HELD, D. (2007). *Modelli do democrazia*. (3ª ed.). Bologna: Il Mulino.
- HENKIN, L. (1993). *Diritti dell'uomo*. In *Enciclopedia delle scienze sociali*. (vol 3). Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana.
- HUNTINGTON, S.P. (2000). *Vinte anos depois: o futuro da terceira vaga*. In Espada, J.C. (Coord). A invenção democrática. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Fundação Mário Soares.
- JAY, A. (1999). *Dictionary of political quotations*. Oxford: Oxford University Press.
- KELSEN, H. (2010). *La democrazia*. Bologna: Il Mulino: Bologna.
- LIBÂNEO, J.C. (2014). *Democratização da escola pública. A pedagogia crítico-social dos conteúdos*. (28ª ed.). São Paulo: Loyola.
- LO PRESTI, A. (2010). *La libertà e la possibilità: le promesse della partecipazione*. In Ropelato, D. (ed), *Democrazia intelligente: La partecipazione: attori e processi*. Roma: Città Nuova.
- LO GRANDE, G.; MION, R. (2017). *Sociologia dell'educazione*. Roma: PUS.
- MEKSENAS, P. (2015). *Sociologia da Educação: Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social*. (17ª ed.). São Paulo: Loyola.
- NANNI, C. (2008). *Educazione*. In Prellezo, J.M. (Coord), Malizia, G. & Nanni, C. (a cura di). *Dizionario di scienze dell'Educazione*. (2ª ed.). Roma: LAS.
- NGULA, A. (2003). *A escolarização em África. Das grandes ilusões à pedagogia do projecto*. Roma: Edizioni Vivere in.
- PERRENOUD, Ph. (2002). *A escola e a aprendizagem da democracia*. Porto: ASA.
- PONTIFICIO CONSIGLIO DELLA GIUSTIZIA E DELLA PACE. (2010). *Compendio della dottrina sociale della Chiesa*. Vaticano: LEV.
- REPÚBLICA DE ANGOLA. (2010). *Constituição da República de Angola – 2010*. Luanda: Imprensa Nacional.
- SACHS, W. (ed.). 2000. *Dizionario dello sviluppo*. Torino: EGA.
- SARTORI, G. (2000). *Democrazia: cosa è*. (5ª ed.). Milano: BUR 2000.
- SARTORI, G. (2010). *La democrazia in trenta lezioni*. Milano: Mondadori.
- SANTOS B. de S. (2003). *Um discurso sobre as ciências*. (14ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- TATI, R. (1998). *A crise africana e o processo de democratização em África. Pertinência e implicações ético-antropológicas* (Dissertatio ad doctoratum). Roma: Academia Alfonseana.

VAN-DÚNEM, F.J. de F. (2003). *Político e transparência. Verdade e política*. In CEAST, II Semana social nacional. O cidadão e a política. (pp. 95-110). Luanda: Edição do Centro Cultural Mosaiko.